

Formação para ensinar

Forprof Apesar de cortes federais, Centro de Formação Continuada de Professores tenta sobreviver mantendo o ensino superior em contato com a educação básica no Rio Grande do Sul

“A UFRGS não está somente dentro dos seus muros; ela também está em instituições públicas de ensino básico”, resume Marcus Basso, coordenador do Centro de Formação Continuada de Professores (Forprof), que oferece oportunidades de qualificação à docência da educação básica no Rio Grande do Sul. A iniciativa, realizada através de convênio, está integrada ao Plano Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica do Ministério da Educação (MEC).

Entre 2012 e 2014, houve uma ampliação significativa no atendimento às demandas de

formação: os cursos realizados passaram de nove para 17, os municípios contemplados foram de 16 para 198 e o número de professores qualificados saltou de 1.864 para 12.973. Para os responsáveis pelos cursos, o Forprof é uma esfera que apoia, concentra e incentiva a organização de projetos desde o próprio encaminhamento burocrático das atividades até a gestão dos recursos financeiros. “É uma instância que nos dá segurança para a realização e materialização das ações que a gente desenvolve”, entende Magali de Menezes, vice-diretora da Faculdade de Educação (Faced). A professora

Gládis Kaercher, do Departamento de Estudos Especializados, concorda: “Essa estrutura administrativa e pedagógica é a base que impulsiona o sucesso dos cursos que são ofertados”.

Redução – No momento, porém, o Forprof vive um problema de repasse de verbas. “Tivemos uma crise muito grande em 2015, e isso se refletiu no número de cursos ofertados, de municípios atendidos e, conseqüentemente, de professores em formação continuada”, comenta o também professor no Instituto de Matemática e Estatística Marcus Basso. Em 2017, as uni-

versidades federais tiveram, em 2017, o menor repasse de verbas em sete anos. Em abril daquele ano, o governo federal anunciou um contingenciamento de R\$ 42,1 bilhões das contas públicas, a famosa “PEC do teto de gastos”. No Ministério da Educação, o corte foi de R\$ 4,3 bilhões, dos quais R\$ 3,6 bilhões em despesas diretas da pasta. Entre as 63 instituições federais de ensino superior, 90% operam com perdas reais em comparação a 2013. Nesse mesmo período, o repasse total garantido pelo MEC encolheu 28,5%. Ou seja, na prática, o orçamento para gastos não obrigatórios está menor.

Em relação ao Forprof, a queda mais brusca se deu em 2018. Em comparação a 2014, diminuiu-se de 17 para dois cursos, de 198 para 78 municípios contemplados e de 12.973 para 442 professores qualificados. O Uniafro, um dos cursos do Centro, para driblar a situação, se transformou em um programa de extensão no final de 2017. Em relação a isso, o coordenador Marcus Basso esclarece: “Apesar de esses cursos dependerem fundamentalmente de recursos públicos, a gente vem administrando de modo a conseguir manter o nível de qualidade desses projetos e, quando possível, aumentar suas quantidades”.

Mas nem todos têm uma perspectiva tão otimista. A Ação Saberes Indígenas na Escola, por exemplo, não sabe se terá continuidade neste ano. “A quarta edição já sofreu muito, porque teve uma redução drástica de recursos financeiros. E isso nos impossibilitou de construir o material didático”, relata Magali de Menezes, coordenadora do projeto. Apesar disso, segundo ela, os professores indígenas querem continuar, porque entendem que, mesmo de forma reduzida, o projeto tem sido muito importante para as suas comunidades.

A professora da Faced Darli Collares, que coordena o Escola da Terra, outro projeto do Forprof, tem relato semelhante: “Nós estamos na terceira edição com 200 professores e sete municípios porque a verba foi restrita. Mas o foco agora não é a quantidade de cursistas e, sim, a garantia de que o Escola da Terra permaneça”, desabafa.

Para Marcus Basso, a formação continuada é uma questão central hoje no Brasil, tendo em vista que há pouco investimento no professor. Em 2016, o salário médio do profissional da educação básica na rede pública, com nível superior, era de 3,7 mil reais, enquanto outros trabalhadores com a mesma qualificação recebiam, em média, 5,5 mil reais. Nesse sentido, Basso provoca: “Não se faz uma educação de qualidade sem salários decentes para os professores. E salários decentes dependem fundamentalmente de decisões políticas, de administração de recursos”. Rosane Aragón, coordenadora-adjunta do Forprof, acrescenta: “Não é só investimento financeiro, é colocar a educação como prioridade. E o resto acontece”.



Kátia Flores é professora na Escola Municipal Prof. Larry José Ribeiro Alves e participou do Uniafro, curso realizado pelo Forprof/UFRGS que visa à formação continuada de professores



Escola da Terra

“A Escola da Terra é aquela escola que fica a 15 km da capital, que tem aquele professor que faz tudo”, sintetiza Darli Collares, coordenadora do projeto. O curso, iniciado em 2013, propõe-se a ampliar o acesso à formação continuada para profissionais que atuam em escolas do campo com classes multisseriadas, escolas indígenas – desde que os docentes sejam não índios – e escolas quilombolas.

“As escolas demandavam uma formação que não fosse só reprodução da educação urbanizada”, lembra Patrícia Rutz, funcionária da Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Canguçu que auxiliou na organização do curso no município. “No Escola da Terra, aprendi que a gente pode trazer de uma outra

maneira o conteúdo e, com isso, valorizar a nossa identidade”, relata Eneusa Xavier, diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Brasilino Patella, em Santa Vitória do Palmar. Por esse motivo, diferente de outras propostas do MEC, o Escola da Terra tem projetos pedagógicos independentes, ou seja, cada município, com auxílio da Universidade, desenvolve o curso de acordo com as características e necessidades da sua região.

“E não é só para o aluno que nós, professores, saímos daqui (do interior) e vamos para Porto Alegre. Claro que é para eles, mas para nós também, porque nos traz outro olhar e modifica as nossas práticas”, avalia Isabel dos Santos, professora da rede municipal de Osório. Patrícia Rutz observa: “O professor é

aquele sujeito imprescindível: sem ele a aula não acontece. Mas, ao mesmo tempo, ele precisa desse afastamento para se fortalecer e ampliar a compreensão do seu cotidiano”.

O curso deu tão certo que, em Maquiné, professores chegaram a ir à rádio pedir o Escola da Terra. “O secretário de Educação não queria deixar os professores participarem do projeto. Então, foram denunciar o secretário na rádio Osório. Mesmo contra a vontade deste, o prefeito aderiu à proposta e o curso foi realizado”, recorda contente Isabel dos Santos.

Com o Escola da Terra, a UFRGS já chegou a mais de 700 docentes das redes municipais e estadual de ensino de 58 localidades do estado. Na primeira edição,



NINA VENTINGUILLA XAVIER/ESCOLA DA TERRA

Reunião com professores da rede pública de ensino durante uma das edições do Escola da Terra

95,5% dos participantes concluíram o curso; na segunda edição, foram 95,1% concluintes. Para Eneusa Xavier, o impacto é imediato dentro da sala de aula. “Eu realmente aprendi a trabalhar de uma maneira diferente”, defende. Já Isabel dos Santos conta que hoje trabalha com os alunos a partir de coisas concretas. “Eu sou apaixonada pelo Escola da Terra”, conclui.

Uniafro

Pensado dentro das políticas públicas do Ministério da Educação com propostas a partir do censo escolar de áreas sensíveis, o Uniafro está voltado para a formação, visando ao cumprimento do artigo 26A da Lei de Diretrizes Bases da Educação – que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena na escola.

Gládis Kaercher, coordenadora do projeto, aponta que passados quase 10 anos da implementação da lei, ela ainda não estava sendo cumprida. “Nosso país é profundamente racista, e a escola tem um papel fundante na transformação dessa realidade. Mas não se pode demandar que a escola transforme essa realidade se

os professores não recebem formação”, explica. E foi assim que o Uniafro deu início, em 2013, à educação para as relações étnico-raciais no Rio Grande do Sul.

Na segunda edição, em 2014, o projeto dobrou de tamanho, atingindo nove cidades-polos e 250 cursistas. Foi nesse momento que Gládis Kaercher e Tanara Furtado, coordenadora-adjunta, criaram o primeiro material didático do projeto: o giz de cera pintkor Uniafro. “O que criamos não é a cor, mas é a junção de cores específicas da pele negra para provocar a discussão, a partir da cor da pele negra, das relações raciais”, explica Kaercher. O impacto do material é grande. Tanto que,

de lá para cá, uma série de outras empresas começam a produzir esses materiais. E o grupo fecha a segunda edição com quase 90% de concluintes.

O curso também disponibiliza outros materiais para as escolas públicas, como jogos online, propostas didático-pedagógicas, documentários, vídeos, atividades e textos.

Kátia Flores, professora na Escola Municipal Prof. Larry José Ribeiro Alves, em Porto Alegre, sempre trabalhou com as relações étnico-raciais, mas não tinha material. “Por isso, comecei a produzir: criava histórias, desenhava personagens, fazia fantoches, fazia joguinhos de memória”. Nesse sentido, o Uniafro, que



UNIAFRO/DIVULGAÇÃO

Primeiro material do curso, o giz de cera Pintkor Uniafro traz 12 tonalidades de cor de pele negra e foi produzido em 2014

ela cursou em 2016, foi fundamental para suas práticas pedagógicas. “Se a gente não trabalha essas questões étnico-raciais, as crianças não se identificam; elas passam a vida inteira perguntando quem são”, sintetiza.

Saberes Indígenas na Escola

Iniciada como um projeto do Governo Federal em 2013, a ação Saberes Indígenas na Escola foi realizada pela agora extinta Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) e veio de uma demanda de professores indígenas de todo o Brasil. Uma das necessidades trazidas por eles era que houvesse ações que os formassem continuamente – o que já era garantido por lei mas não se cumpria. E a outra foi para que se construíssem escolas indígenas, preocupando-se em serem diferenciadas para dialogar com a realidade das comunidades.

“Em 2013, nós começamos a nos reunir com professores da Universidade e com professores indígenas para construir o projeto”, conta a docente Magali de Menezes. Sueli Cândido, professora kaingang da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Bento Pí Góg, de Tenente Portela, relata: “O curso nos permitiu que expuséssemos nossas ideias dentro do que o projeto gostaria que seguíssemos, e isso nos possibilitou pensarmos em transformar tudo que

compartilhamos em materiais”. E não se parou desde então com esse trabalho.

O letramento, os saberes indígenas e a construção de materiais didático-pedagógicos são os principais objetivos da ação. O reforço da língua indígena dentro da escola é importante porque o kaingang, por exemplo, está em extinção. “Antigamente, eram os familiares ou a própria comunidade que ensinavam a língua. Mas hoje as crianças já não chegam à escola falando kaingang. Então quem é que educa?”, indaga a coordenadora. Magali de Menezes também comenta que essa é uma maneira de reposicionar a Escola, que já proibiu o ensino de línguas indígenas durante a ditadura militar, por exemplo.

Os saberes indígenas também são relevantes para indianizar as escolas para que a comunidade indígena sinta que essa instituição é dela também, que é sua aliada. “Por que, então, a gente não pensa todas as relações do saber ocidental com o saber dessa comunidade?”, questiona Magali de Menezes.

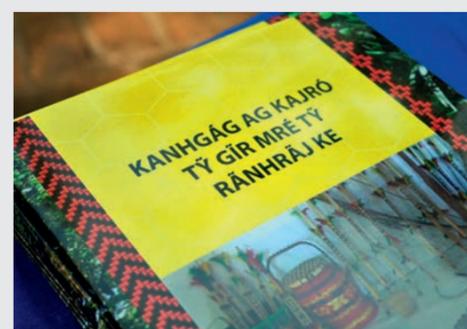
Para Sueli, o curso veio em boa hora: “Nós, indígenas, sentíamos muita falta de material didático que viesse ao encontro dos nossos saberes e que estivesse escrito na nossa língua materna”. Entre os produtos criados, há livros infantis com histórias de cada povo e coleções de músicas indígenas antigas que visam justamente se aproximar da comunidade e da cultura indígena.

Hoje, a ação atinge todos os professores indígenas do Rio Grande do Sul. Isso equivale a 350 professores kaingang em 51 escolas, que é a totalidade de instituições kaingang. Já a comunidade guarani é atingida com 55 professores indígenas e 29 escolas. Magali explica essa diferença: “Os guarani resistem historicamente à instituição escola”. Mas isso está mudando. Jerônimo Franco, liderança guarani da aldeia da Barra do Ribeiro, costuma dizer: “Antigamente, a nossa ferramenta de luta era o arco e a flecha; hoje, é a caneta”.



SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA/DIVULGAÇÃO

Atividades com professores guarani durante o Saberes Indígenas na Escola, em 2016, na Aldeia Tekoá Guaviraty Porã, em Santa Maria (RS)



ANA LETÍCIA MEIRA SCHWIG/SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA

Material em formato de CD com cantos e narrativas orais produzido por kaingang durante a ação Saberes Indígenas, em 2017